



§ 2º Cada representante terá um suplente.

§ 3º Os representantes serão indicados, pelos respectivos órgãos e entidades, à coordenação do GT no prazo de 30 dias contados da publicação desta Portaria.

Art. 3º O coordenador do GT poderá convidar representantes de órgãos e entidades, públicas e privadas, bem como especialistas em assuntos ligados ao tema, cuja presença seja considerada necessária ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

§ 1º Serão convidados, para todas as reuniões, representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário, do INCRA, da CAIXA e do Banco do Brasil.

§ 2º Poderão ser convidados representantes dos seguintes órgãos, entidades e movimentos sociais:

I) Fundação Nacional de Saúde - FUNASA;

II) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

III) Secretaria de Direitos Humanos Presidência da República - SDH;

IV) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR;

V) Secretária Geral da Presidência da República;

VI) Ministério da Pesca e Aquicultura;

VII) Fundação Nacional do Índio - FUNAI

§ 3º O coordenador do GT poderá, a seu exclusivo critério, convocar servidores em exercício no Ministério das Cidades, cuja presença seja considerada necessária ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 4º As atividades do GT serão permanentes, sendo que as reuniões serão bimestrais, e, em sendo necessário, haverá convites para reuniões extraordinárias.

§ 1º As pautas das reuniões do GT serão elaboradas previamente por seus membros, podendo ser sugeridos assuntos por meio de comunicação antecipada ao DHAB.

§ 2º Caso não existam matérias a serem discutidas pelo GT, o DHAB expedirá comunicação informando sobre a suspensão de reuniões ordinárias.

Art. 5º As funções dos membros e dos convidados no âmbito do GT não serão remuneradas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

**SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO**

**PORTARIA Nº 232, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.036943/2014-13, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica CRIVO AVALIAÇÃO TÉCNICA VEICULAR LTDA, CNPJ nº 04.568.795/0001-90, situada no Município de Contagem - MG, na Av. General David Sarnoff nº 4280, Cidade Industrial, CEP 32.210-110, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE

**PORTARIA Nº 233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, incisos I e V, da Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, bem como o disposto na Resolução nº 168/2004 e alterações 409, 410, 411, 412, 413, 414 e 415/2012, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Considerando o disposto no processo administrativo nº 80000.031766/2014-89, resolve:

Art. 1º Homologar os Curso de Mototaxista e Motofretista, na modalidade à distância, apresentados pelo ICETAN - INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO E ESTUDOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTES, inscrito no CNPJ nº 02968119/0001-88, com sede à Rua Santos Saraiva, nº 840, Edf. Continental Center, S1. 403, Estreito, Florianópolis - SC - CEP 88070-101.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE

**PORTARIA Nº 234, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando o disposto na Resolução nº 356, de 02 de agosto de 2010, alterada pela Resolução nº 378/11, do CONTRAN, que estabelece requisitos mínimos de segurança para o transporte remunerado de passageiros (mototáxi) e de cargas (motofrete) em motocicleta e motoneta, em especial no item 2, do Anexo II, da Resolução CONTRAN nº 356/10, que se refere à película refletiva a ser utilizada;

Considerando o Relatório de Medição Nº 13 810-204, de 05/12/2012, elaborado pelo Laboratório de Equipamentos Elétricos e Ópticos, do IPT, partes integrantes do Processo nº 80000.000819/2013-39, resolve:

Art. 1º Aprovar a Película Retrorrefletiva, para aplicação em capacetes de motociclistas, no transporte remunerado de cargas por motocicleta e motoneta, com as seguintes especificações:  
Produto: Película Retrorrefletiva autoadesiva, código PRI-003 Capacete, na cor vermelha e branca.

Requerente: PRISMALITE IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E INDÚSTRIA DE FILMES ÓPTICOS LTDA.

CNPJ: 05.507.113/0001-00

Endereço: Rua Engenheiro José Valter Seng, 277 - Vila Sonia

CEP: 05.522-020 - São Paulo - SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE

**CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO**

**RESOLUÇÃO Nº 515 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

Revoga a Resolução CONTRAN nº 207, de 20 de outubro de 2006 e estabelece critérios de padronização para funcionamento das Escolas Públicas de Trânsito.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e fundamentado no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT);

Considerando o disposto no § 2º do artigo 74 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997;

Considerando o constante no processo administrativo do DENATRAN nº 80000.048954/2010-12;

Considerando a necessidade de estabelecer padrões mínimos de eficiência para o funcionamento das Escolas Públicas de Trânsito em todo o território nacional, de modo a contribuir para maior equidade no exercício do direito à mobilidade no espaço público e para a segurança no trânsito, resolve:

Art. 1º A Escola Pública de Trânsito - EPT destina-se a promover a Política Nacional de Trânsito bem como execução de ações e cursos voltados para o exercício da cidadania, mobilidade e segurança no trânsito.

Art. 2º A EPT, em suas atividades, priorizará o desenvolvimento do convívio social no espaço público, promovendo princípios de equidade, de ética, visando uma melhor compreensão do sistema de trânsito com ênfase na segurança e no meio ambiente.

Art. 3º Os profissionais para atuarem na EPT deverão ter reconhecida experiência na área de atuação.

Art. 4º Compete à Escola Pública de Trânsito:

I - constituir quadro técnico de educadores de trânsito e coordenação pedagógica;

II - definir público-alvo, temas, estabelecer currículos, conteúdos programáticos e sistemas de avaliação a serem desenvolvidos em consonância com os objetivos e diretrizes da Política Nacional de Trânsito;

III - executar cursos conforme estabelecido em planos e programas de educação de trânsito do respectivo órgão ou entidade executivo de trânsito;

IV - elaborar o seu projeto político pedagógico conforme os parâmetros estabelecidos e os objetivos e diretrizes da Política Nacional de Trânsito;

V - gerenciar dados e informações referentes aos cursos ministrados;

VI - disponibilizar material didático de apoio para os cursos;

VII - propor a realização de parcerias com outros órgãos, entidades, instituições e segmentos organizados da sociedade para a execução dos cursos;

VIII - incentivar e promover pesquisas e produção de conhecimento;

IX - promover e divulgar as atividades da EPT;

X - desenvolver atividade permanente de estudos e pesquisas voltadas para a educação de trânsito, inclusive organizando e mantendo biblioteca especializada;

XI - executar avaliações periódicas das ações implementadas;

Art. 5º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão enviar, anualmente, no mês de janeiro, relatório sobre o funcionamento das EPT conforme modelo estabelecido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

Parágrafo Único - A partir da análise dos relatórios poderão ser realizadas visitas técnicas as EPT, pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 6º Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 207, de 20 de outubro de 2006.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE  
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES  
p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO  
p/Ministério da Defesa

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS  
p/Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA  
p/Ministério da Educação

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO  
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

LEONARDO BURLE GRIPP COTTA  
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

MARTA MARIA ALVES DA SILVA  
p/Ministério da Saúde

RUDOLF DE NORONHA  
p/Ministério do Meio Ambiente

PAULO ROBERTO VANDRLEI REBELLO FILHO  
p/Ministério das Cidades

**Ministério das Comunicações**

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR**

**RESOLUÇÃO Nº 646, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014**

Processo nº 53500.012241/2014

Destina canais de radiofrequências para Fins Exclusivamente Militares.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO**

**ATO Nº 10.324, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014**

Processo n.º 53500.029778/2014-30 - Homologa a PUC nº 53 das Concessionárias Telemar S.A. - Região I e Oi S.A. - Região II.

CARLOS MANUEL BAIGORRI  
Superintendente

**SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE  
OBRIGAÇÕES**

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**

Em 19 de dezembro de 2014

Processo nº 53500.010606/2009

Nº 7.111 - O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 158 e 200 do Regimento Interno desta Agência, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, considerando o que dispõem os itens, e seus subitens, 4.12, 10.5, 10.6 e o Anexo V, do Edital n.º 002/2007/SPV - Anatel, decidiu:

a) ATESTAR, para fins de resgate das garantias de execução, o cumprimento dos Compromissos de Abrangência referentes aos municípios constantes dos lotes abaixo listados, que fazem parte do rol de obrigações do Edital de Licitação nº 002/2007/SPV - Anatel e dos Termos de Autorização e aditivos decorrentes da referida licitação, pela TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ n.º 02.558.157/0001-62, sucessora da Vivo S.A., conforme exposição técnica contida no Informe n.º 590/2014-COUN2/COUN, de 19 de dezembro de 2014. Os valores de garantia a serem resgatados para cada compromisso estão indicados na tabela a seguir: